



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE
SANTO ANTÓNIO DE RIACHOS,
I.P.S.S.**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
Respostas Sociais.....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
2.1. Bases de Preparação.....	9
2.2. Derrogação das Disposições do SNC-ESNL	10
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Ativos Fixos Tangíveis	10
3.2. Propriedades de Investimento	11
3.3. Ativos Intangíveis.....	12
3.4. Inventários	13
3.5. Instrumentos Financeiros	13
3.6. Fundos Patrimoniais	14
3.7. Provisões.....	15
3.8. Financiamentos Obtidos	15
3.9. Estado e Outros Entes Públicos	15
3.10. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	16
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis	19
6. Ativos Intangíveis.....	20
7. Financiamentos Obtidos	21
8. Inventários	21
9. Vendas e Serviços Prestados	22
10. Imposto sobre o Rendimento	22
11. Gastos com o pessoal	23
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
13. Créditos a receber.....	24
14. Outros ativos correntes	24

15.	Diferimentos	25
16.	Caixa e Depósitos Bancários	25
17.	Fundos Patrimoniais	25
18.	Fornecedores	26
19.	Estado e Outros Entes Públicos	26
20.	Outros passivos correntes	26
21.	Subsídios, doações e legados à exploração	27
22.	Fornecimentos e serviços externos	27
23.	Outros rendimentos.....	28
24.	Outros gastos.....	28
25.	Juros e gastos similares suportados	28
26.	Acontecimentos após data de Balanço	29

Balanço

Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos, IPSS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.273.873,92	1.307.345,57
Ativos intangíveis	6	-	-
Subtotal		1.273.873,92	1.307.345,57
Ativo corrente			
Inventários	8	2.674,72	3.301,49
Créditos a receber	13	4.208,49	7.733,58
Estado e outros entes públicos	19	7.134,83	5.786,25
Diferimentos	15	96,00	3.273,22
Outros ativos correntes	14	10.284,18	6.620,16
Caixa e depósitos bancários	16	22.195,71	20.938,72
Subtotal		46.593,93	47.653,42
Total do Ativo		1.320.467,85	1.354.998,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	17	320.036,85	358.001,78
Subtotal		320.036,85	358.001,78
Resultado Líquido do período		(7.374,75)	(37.964,93)
Total dos fundos patrimoniais		312.662,10	320.036,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	832.884,00	874.716,75
Subtotal		832.884,00	874.716,75
Passivo corrente			
Fornecedores	18	40.497,47	32.281,80
Estado e outros entes públicos	19	13.034,65	13.812,67
Financiamentos obtidos	7	41.697,00	40.422,00
Outros passivos correntes	20	79.692,63	73.728,92
Subtotal		174.921,75	160.245,39
Total do passivo		1.007.805,75	1.034.962,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.320.467,85	1.354.998,99

Riachos, 29 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO:

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos, IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	434.354,01	449.827,71
Subsídios, doações e legados à exploração	21	376.794,57	383.361,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(99.630,47)	(122.413,92)
Fornecimentos e serviços externos	22	(140.496,83)	(141.807,40)
Gastos com o pessoal	11	(505.519,84)	(523.341,10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(1.177,78)	(4.429,77)
Outros rendimentos	23	8.954,28	4.401,28
Outros gastos	24	(13.706,94)	(8.167,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59.571,00	37.430,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(41.734,70)	(49.111,59)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.836,30	(11.680,83)
Juros e gastos similares suportados	25	(25.211,05)	(26.284,10)
Resultados antes de impostos		(7.374,75)	(37.964,93)
Imposto sobre o rendimento do período	10	-	-
Resultado líquido do período		(7.374,75)	(37.964,93)

Riachos, 29 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO:

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos, IPSS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1				222.034,29				135.967,49			358.001,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												-
Alterações de políticas contabilísticas												-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												-
Ajustamentos por impostos diferidos												-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												-
Aplicação do resultado líquido do período anterior					135.967,49				(135.967,49)			-
	2	-	-	-	135.967,49	-	-	-	(135.967,49)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(37.964,93)			(37.964,93)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(37.964,93)	-	-	(37.964,93)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	-	-	-	358.001,78	-	-	-	(37.964,93)	-	-	320.036,85

Riachos, 29 de Março 2019

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos, IPSS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	-	-	-	358.001,78	-	-	-	(37.964,93)	-	-	320.036,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
Aplicação do resultado líquido do período anterior					(37.964,93)				37.964,93			
	7	-	-	-	(37.964,93)	-	-	-	37.964,93	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(7.374,75)			(7.374,75)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(7.374,75)	-	-	(7.374,75)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	-	-	-	320.036,85	-	-	-	(7.374,75)	-	-	312.662,10

Riachos, 29 de Março 2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos, IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		447.615,22	456.249,27
Pagamento a fornecedores		(245.629,20)	(271.670,84)
Pagamentos ao pessoal		(504.990,45)	(519.901,02)
Caixa gerada pelas operações		(303.004,43)	(335.322,59)
Outros recebimentos/pagamentos		355.767,54	363.639,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		52.763,11	28.317,20
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(8.474,10)	(7.478,17)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		18,83	33,56
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(8.455,27)	(7.444,61)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Doações</i>		23.128,75	23.296,09
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(40.557,75)	(39.461,25)
<i>Juros e gastos similares</i>		(25.621,85)	(26.538,51)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(43.050,85)	(42.703,67)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.256,99	(21.831,08)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	20.938,72	42.769,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	22.195,71	20.938,72

Riachos, 29 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO:

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial de Santo António de Riachos é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 171 de 23/07/1993, Série II, com sede na Rua de Santo António, n.º 6 em Riachos – Torres Novas. Tem como objetivo o apoio a idosos, crianças e comunidade em geral, que nasceu a 25 de Setembro de 1991 para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

Respostas Sociais

Idosos:

- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário
- Serviços de Lar

Comunidade:

- Centro de Convívio
- Cantina Social
- Serviços Diversos
- Atividades

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal à data de 31 de dezembro de 2018, vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e na Portaria nº 220/2015 de 24 de julho que aprova os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovados pela Direção no dia 30 de Março de 2018, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2. Derrogação das Disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 5
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por uma Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo ou custo amortizado, sendo apresentados em balanço deduzidos de perdas por imparidade, quando aplicável.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*

- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.10. Principais estimativas e julgamentos apresentados

O As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Instituição são continuamente avaliados, representado à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido avo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que se seguem:

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Instituição.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões

A Instituição analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Devedores e credores por acréscimos

A determinação dos acréscimos a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício é definida de acordo com o melhor julgamento da Direção, considerando a informação existente à data bem como o conhecimento histórico obtido.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Alienações /Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	122.056,07	-	-	-	-	122.056,07
Edifícios e outras construções	1.502.393,95	7.562,32	-	-	-	1.509.956,27
Equipamento básico	280.467,85	700,73	-	-	-	281.168,58
Equipamento de transporte	184.190,36	-	-	-	-	184.190,36
Equipamento administrativo	194.268,84	-	-	-	-	194.268,84
Outros Ativos fixos tangíveis	18.402,60	-	-	-	-	18.402,60
Total	2.301.779,67	8.263,05	-	-	-	2.310.042,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	345.548,70	30.116,82	-	-	-	375.665,52
Equipamento básico	272.681,20	1.970,41	-	-	-	274.651,61
Equipamento de transporte	164.127,31	9.279,97	-	-	-	173.407,28
Equipamento administrativo	193.674,29	367,50	-	-	-	194.041,79
Outros Ativos fixos tangíveis	18.402,60	-	-	-	-	18.402,60
Total	994.434,10	41.734,70	-	-	-	1.036.168,80

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	122.056,07	-	-	-	-	122.056,07
Edifícios e outras construções	1.502.393,95	-	-	-	-	1.502.393,95
Equipamento básico	277.092,96	3.374,89	-	-	-	280.467,85
Equipamento de transporte	184.190,36	-	-	-	-	184.190,36
Equipamento administrativo	194.268,84	-	-	-	-	194.268,84
Outros Ativos fixos tangíveis	18.402,60	-	-	-	-	18.402,60
Total	2.298.404,78	3.374,89	-	-	-	2.301.779,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	315.573,60	29.975,10	-	-	-	345.548,70
Equipamento básico	265.392,18	7.289,02	-	-	-	272.681,20
Equipamento de transporte	152.647,34	11.479,97	-	-	-	164.127,31
Equipamento administrativo	193.306,79	367,50	-	-	-	193.674,29
Outros Ativos fixos tangíveis	18.402,60	-	-	-	-	18.402,60
Total	945.322,51	49.111,59	-	-	-	994.434,10

6. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Programas de Computador	741,73	-	-	-	-	741,73
Total	741,73	-	-	-	-	741,73
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	741,73	-	-	-	-	741,73
Total	741,73	-	-	-	-	741,73

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Programas de Computador	741,73	-	-	-	-	741,73
Total	741,73	-	-	-	-	741,73
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	741,73	-	-	-	-	741,73
Total	741,73	-	-	-	-	741,73

7. Financiamentos Obtidos

A alocação dos empréstimos entre passivo corrente e não corrente, nos exercícios de 2018 e 2017, é como se segue:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	41.697,00	832.884,00	874.581,00	40.422,00	874.716,75	915.138,75
Total	41.697,00	832.884,00	874.581,00	40.422,00	874.716,75	915.138,75

Os planos de amortização da dívida da Entidade e respetivos encargos, nos exercícios de 2018 e 2017 referente a empréstimos obtidos, foram os seguintes:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Empréstimos Bancários	40.557,75	25.211,05	65.768,80	39.461,25	25.922,55	65.383,80
Total	40.557,75	25.211,05	65.768,80	39.461,25	25.922,55	65.383,80

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.185,27	122.530,14	-	3.301,49	99.003,70	-	2.674,72
Total	3.185,27	122.530,14	-	3.301,49	99.003,70	-	2.674,72

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	122.413,92	99.630,47
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” no que respeita aos inventários a 31/12/2018, se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 2.674,72 €;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” no que respeita aos inventários a 31/12/2017, se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 3.301,49 €;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

9. Vendas e Serviços Prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidas os seguintes Rendimentos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Serviços Prestados	434.354,01	449.827,71
Quotas dos utilizadores	430.574,47	445.327,67
Quotas e Jóias	3.779,54	4.500,04
Total	434.354,01	449.827,71

10. Imposto sobre o Rendimento

Nos termos do nº 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), a Instituição está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) por se tratar de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

No decurso dos exercícios de 2017 e 2018 não se verificaram quaisquer transações fora do âmbito dos fins estatutários da Instituição.

11. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente 8 e 8.

Os órgãos diretivos/sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 40 e em 2017 foi de 39.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	407.536,50	422.327,13
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	90.643,11	93.927,04
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.459,42	4.965,95
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1.880,81	2.120,98
Total	505.519,84	523.341,10

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do nº 1 do art.º 210 da Lei nº 110/2009 de 16 de Setembro, a Entidade em 31 de Dezembro de 2018 não tinha constituída qualquer dívida em mora à Segurança.

Também não tinha constituído quaisquer dívidas em mora ao Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro.

13. Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c	3.766,70	7.052,84
Cientes	-	-
Utentes	3.766,70	7.052,84
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	7.182,34	6.243,51
Cientes	-	-
Utentes	7.182,34	6.243,51
Total	10.949,04	13.296,35

Nos períodos de 2018 e 2017 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade” acumuladas:

Descrição	2018	2017
Cientes	-	-
Utentes	6.740,55	5.562,77
Total	6.740,55	5.562,77

Nos períodos de 2018 e 2017 foram constituídas no exercício as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Cientes	-	-
Utentes	1.177,78	4.429,77
Total	1.177,78	4.429,77

14. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	722,44	221,56
Adiantamentos a Fornecedores	6.485,00	2.465,83
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.871,85	-
Outros Devedores	1.204,89	3.932,77
Total	10.284,18	6.620,16

15. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Gastos a reconhecer				
Seguros Referentes Exerc. Seguinte	96,00	-	228,20	-
Outros Gastos a Reconhecer	-	-	3.045,02	-
Total	96,00	-	3.273,22	-
Rendimentos a reconhecer				
Total	-	-	-	-

16. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	50,00	50,00
Depósitos à ordem	3.570,71	1.813,72
Depósitos a prazo	18.575,00	19.075,00
Total	22.195,71	20.938,72

17. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	358.001,78		(37.964,93)	320.036,85
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	358.001,78	-	(37.964,93)	320.036,85

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	40.497,47	32.281,80
Total	40.497,47	32.281,80

19. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.134,83	5.786,25
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7.134,83	5.786,25
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.322,00	2.309,00
Segurança Social	10.712,65	11.503,67
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	13.034,65	13.812,67

20. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	1.718,44	-	1.187,82
Outras operações (Sindicatos)	-	42,08	-	23,47
Outras operações (Descontos Judiciais)	-	1.676,36	-	1.164,35
Fornecedores de Investimentos	-	641,19	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	71.772,96	-	66.496,90
Outros credores	-	5.560,04	-	6.044,20
Total	-	79.692,63	-	73.728,92

21. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados à exploração.

Descrição	2018	2017
Subsídios doações legados à exploração		
<i>Centro Regional Segurança Social</i>	342.556,76	351.346,35
- Lar	58.602,81	56.233,55
- Centro de Dia	52.557,49	53.140,80
- Centro de Convívio	6.604,80	6.463,20
- Apoio Domiciliário	218.306,66	213.606,20
- Cantina Social	6.485,00	21.902,60
<i>Instituto Emprego Formação Profissional</i>	11.109,06	8.717,39
- Apoio Emprego	11.109,06	8.717,39
Total	353.665,82	360.063,74

Descrição	2018	2017
Doações	23.128,75	23.298,09
Total	23.128,75	23.298,09
Total Global:	376.794,57	383.361,83

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	6.300,00	2.450,00
Serviços especializados	39.477,21	48.871,94
Materiais	5.064,89	7.126,48
Energia e fluidos	61.472,16	52.264,28
Deslocações, estadas e transportes	438,13	323,18
Serviços diversos:	27.744,44	30.771,52
- Comunicação	2.786,98	3.960,81
- Seguros	3.353,74	3.382,94
- Limpeza, higiene e conforto	20.097,83	21.365,70
- Outros	64,75	2.062,07
Total	140.496,83	141.807,40

23. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	2.394,38	2.279,62
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1,76
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	33,56
Outros rendimentos	6.541,07	2.086,34
Juros obtidos	18,83	-
Total	8.954,28	4.401,28

24. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	525,65	48,86
Outros Gastos e Perdas	13.181,29	8.119,01
Total	13.706,94	8.167,87

25. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	25.211,05	26.284,10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	25.211,05	26.284,10
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	-	-
Resultados financeiros	(25.211,05)	(26.284,10)

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 30 de Março de 2019.

Riachos, 29 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção
